STJ00108490

ARAKEN DE ASSIS

EXECUÇÃO CIVIL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

7ª edição
Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00108490

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo
Milisa Cristine Romera

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial
Coordenação
Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
Marcello Antonio Mastrorosa Pedro

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
Mauricio Alves Monte

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assis, Araken de
Execução civil nos juizados especiais / Araken de Assis. – 7. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5321-727-4

1. Execuções (Direito) – Brasil 2. Juizados especiais – Leis e legislação – Brasil I. Título.

19-28471 CDU-347.952:347.994(81)

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Execução : Juizados especiais: Processo civil 347.952:347.994(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

STJ00108490

SUMÁRIO

NOTA À 7.ª EDIÇÃO 5

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 Noções prévias 13

1.2 Espécies de execução nos juizados especiais 16

1.2.1 Funções da jurisdição 16

1.2.2 Classificação das ações e satisfação 17

1.2.3 Atribuições executivas dos juizados especiais 24

1.2.3.1 Execução de títulos extrajudiciais 24

1.2.3.2 Execução de sentenças 27

2 RITO E COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO 35

2.1 Aplicação subsidiária do Código 35

2.2 Competência na execução 37

2.2.1 Competência na execução fundada em título judicial 38

2.2.2 Competência na execução fundada em título extrajudicial 40

2.2.3 Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência 41

2.3 Controle da competência na execução e seus efeitos 44

3 FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO 47

3.1 Iniciativa da parte 47

3.2 Requisitos da petição inicial 50

3.2.1 Legitimidade 50

3.2.1.1 Noções gerais 50

3.2.1.2 Litisconsórcio 52

3.2.1.3 Classificação da legitimidade 53

3.2.1.4 Exclusão absoluta 54

3.2.1.5 Exclusão relativa 55

STJ00108490

3.2.1.6 Legitimidade ativa 57
3.2.1.7 Legitimidade passiva 58
3.2.1.8 Intervenção do Ministério Público 59
3.2.2 Causa de pedir 60
3.2.2.1 Título executivo 60
3.2.2.2 Inadimplemento 67
3.2.3 Pedido 69
3.2.3.1 Cumulação de pedidos 69
3.2.3.2 Execução provisória e execução definitiva 71
3.2.4 Valor da causa 74
3.2.5 Produção dos meios de prova 74
3.2.6 Requerimento e modos de citação do executado 74
3.2.7 Requerimentos especiais 76
3.3 Efeitos da propositura 79
3.3.1 Prevenção 79
3.3.2 Litispendência 80
3.3.3 Litigiosidade 80
3.3.4 Constituição em mora 80
3.3.5 Interrupção da prescrição 81
3.3.6 Averbação da demanda 82
3.4 Emendas da petição inicial 82
3.5 Indeferimento da petição inicial 83
3.6 Deferimento da petição inicial 83

4 EXECUÇÃO MEDIANTE COERÇÃO PATRIMONIAL 87
4.1 Noções gerais 87
4.1.1 Campo de atuação da execução coercitiva 90
4.1.2 Título executivo 92
4.2 Procedimento da execução 92
4.2.1 Prazo de cumprimento 93
4.2.2 Fixação da multa 95
4.2.2.1 Valor da pena 97
4.2.2.2 Início e duração da pena 97
4.2.2.3 Exclusão da pena 98

STJ00108490

4.2.3 Atitudes do executado após a citação 98
4.2.3.1 Cumprimento total e cumprimento parcial 99
4.2.3.2 Inércia do executado 99
4.2.3.3 Oposição do executado 99
4.2.4 Opção por outro meio executório 100
4.2.5 Frustração do meio executório 101

5 EXECUÇÃO MEDIANTE TRANSFORMAÇÃO 103
5.1 Noções gerais 103
5.2 Procedimento da execução (obrigação positiva) 104
5.2.1 Atitudes do credor após o descumprimento 104
5.2.1.1 Conversão do procedimento 104
5.2.1.2 Execução por terceiro 105
5.2.2 Incidentes da transformação 107
5.2.2.1 Retratabilidade da transformação 107
5.2.2.2 Insucesso na licitação 107
5.2.2.3 Execução de custeamento 108
5.2.2.4 Execução pelo credor 108
5.2.2.5 Descumprimento do contratante 108
5.2.2.6 Controle da prestação 109
5.2.3 Extinção do processo 109
5.2.4 Advertência final 109
5.3 Procedimento da execução (obrigação negativa) 110
5.3.1 Prazo de desfazimento 111
5.3.2 Citação e atitudes do executado 111
5.3.3 Manutenção dos efeitos materiais do ato 111
5.3.4 Opção por outro meio executório 111
5.3.5 Extinção da execução 112

6 EXECUÇÃO MEDIANTE EXPROPRIAÇÃO 113
6.1 Noções gerais 113
6.1.1 Responsabilidade patrimonial 115
6.1.1.1 Espécies de responsabilidade 117
6.1.1.2 Casos especiais de responsabilidade primária 117

STJ00108490

6.1.1.3 Casos de responsabilidade secundária 118
6.1.1.4 Limitações da responsabilidade (impenhorabilidade) 122
6.1.2 Fraude contra a execução 132
6.1.2.1 Requisitos da fraude 132
6.1.2.2 Tipicidade da fraude 133
6.1.2.3 Procedimento e efeitos da declaração de existência de fraude 137
6.1.3 Responsabilidade do credor pela execução injusta 138
6.1.4 Repressão contra atos atentatórios à dignidade da justiça 138
6.2 Fase inicial da expropriação 140
6.2.1 Frustração da citação pessoal 141
6.2.2 Pré-penhora 143
6.2.3 Citação do devedor 145
6.2.3.1 Pagamento 145
6.2.4 Penhora, avaliação e depósito da coisa penhorada 147
6.2.4.1 Procedimento da penhora por termo 147
6.2.4.2 Procedimento da penhora por auto 149
6.2.4.3 Objeto da penhora 154
6.2.4.4 Efeitos da penhora 159
6.2.4.5 Incidentes da penhora 161
6.2.4.6 Intimação da penhora 165
6.3 Fase instrutória da expropriação 167
6.3.1 Audiência de conciliação 168
6.3.1.1 Suspensão do processo 168
6.3.1.2 Dação em pagamento 169
6.3.1.3 Adjudicação do bem penhorado 169
6.3.1.4 Alienação por iniciativa particular 171
6.3.2 Avaliação 172
6.3.2.1 Momento e lugar da avaliação 173
6.3.2.2 Agente da avaliação 174
6.3.2.3 Casos de dispensa da avaliação 174
6.3.2.4 Procedimento da avaliação 174
6.3.2.5 Repetição da avaliação 175
6.3.2.6 Prosseguimento da execução 176

STJ00108490

6.3.3 Arrematação 176
6.3.3.1 Efeitos da arrematação 177
6.3.3.2 Modalidades da arrematação 181
6.3.3.3 Legitimidade para arrematar 184
6.3.3.4 Publicidade da arrematação 185
6.3.3.5 Procedimento da arrematação 190
6.3.3.6 Incidentes da arrematação 194
6.4 Fase final da expropriação 197
6.4.1 Entrega do dinheiro 197
6.4.1.1 Atribuição do dinheiro 197
6.4.1.2 Distribuição do dinheiro. Concurso de preferências 198

7 EMBARGOS DO EXECUTADO 203
7.1 Noções gerais 203
7.1.1 Objeto da cognição 206
7.1.1.1 Embargos contra execução fundada em título judicial 206
7.1.1.2 Embargos contra execução fundada em título extrajudicial 210
7.1.2 Prazo 211
7.1.3 Legitimidade 212
7.1.4 Segurança do juízo 212
7.2 Procedimento dos embargos 213
7.2.1 Forma e efeitos 213
7.2.2 Atitudes do credor 215
7.2.3 Julgamento dos embargos 216
7.3 Efeitos dos embargos 217
7.3.1 Efeitos no caso de procedência 217
7.3.2 Efeitos no caso de improcedência 217
7.3.3 Recurso 217

8 EXECUÇÃO DE MENOR QUANTIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 221
8.1 Noções gerais 221
8.2 Procedimento da execução 223
8.2.1 Legitimado passivo 223

STJ00108490

8.2.2 Título executivo 224
8.2.3 Exclusão da execução provisória 224
8.2.4 Admissibilidade dos embargos 224
8.2.5 Competência e forma da requisição de pagamento 225
8.3 Desobediência à requisição: "sequestro" da renda pública 226

BIBLIOGRAFIA 229

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 233